

Fechamento de escolas do campo no território de identidade baiano do médio rio de contas

Closure of rural schools in the médio rio de contas identity territory from Bahia

Cierre de escuelas del campo en el territorio de identidad del baiano do médio rio de contas

Sandra Mara do Carmo Silva¹ 0000-0002-2088-2915
Arlete Ramos dos Santos² 0000-0003-0217-3805

¹ Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Vitória da Conquista, Bahia, Brasil; sandrasilva1987@yahoo.com.br

² Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Vitória da Conquista, Bahia, Brasil; arlerp@hotmail.com

RESUMO: Este artigo apresenta o resultado da pesquisa sobre o fechamento de escolas do campo em municípios da Bahia, cujo recorte é Território de Identidade do Médio Rio de Contas — Ba, no marco temporal entre 2007 a 2019. Para o desenvolvimento da investigação foi realizado um levantamento de dados de dezesseis (16) municípios localizados no referido Território, desse total de municípios, foram selecionados aqueles com população maior que 15.000 habitantes. Os dados gerais foram coletados diretamente no *site* do INEP, e compreendeu os anos de 2007 a 2019. Dentre os municípios pesquisados, o de Jequié — Ba foi selecionado com base em três critérios: a) ter população maior que 15.000 habitantes b) ser de fácil acesso c) ter escolas no campo. A metodologia se assentou nas concepções teóricas do Método Materialismo Histórico Dialético, já os instrumentos para coleta de dados foram a análise documental e entrevistas semiestruturadas. Com o resultado da investigação constatamos que o fechamento de escolas do campo no município de Jequié — Ba é oriundo do processo de nucleação de escolas sob a justificativa do poder público municipal em conter gastos com transporte escolar, manutenção das escolas e contratação de professores. Assim, amplia-se, cada vez mais, o fechamento de escolas do campo pelos “detentores do poder”, ratificando, desse modo, as diretrizes neoliberais implementadas na educação.

Palavras-chave: educação do campo; fechamento de escolas; políticas públicas.

ABSTRACT: This article presents the results of the research on the closure of rural schools in municipalities in Bahia, whose cut is the Médio Rio de Contas Identity Territory from Bahia/Brazil, in the time frame between 2007 and 2019. For the development of the investigation, a data collection was carried out from sixteen (16) municipalities located in that Territory, from this total of municipalities, those with a population greater than 15,000 inhabitants were selected. General data were collected directly from a *website*, between 2007 and 2019. Among the municipalities surveyed, the municipality of Jequié-Ba was selected based on three criteria: a) having a population greater than 15,000 inhabitants b) being easily accessible c) having schools in its countryside. The methodology used was based on the theoretical concepts of the Dialectical Historical Materialism Method, while the instruments for data collection were document analysis and semi-structured interviews. With the result of the investigation, we found that the closure of rural schools in the municipality of Jequié - Ba comes from the process of nucleation of schools under the justification of the municipal government to contain expenses with school transport, school maintenance and hiring teachers. Thus, the

closure of rural schools by the “holders of power” is increasingly expanding, thus ratifying the neoliberal guidelines implemented in education.

Keywords: rural education; school closure; public policy.

RESUMEN: Este artículo presenta los resultados de la investigación sobre el cierre de escuelas del campo en municipios de Bahía, cuyo corte es el Territorio de Identidad del Médio Río de Contas - Ba, en el lapso de tiempo comprendido entre los años 2007 y 2019. Para el desarrollo de la investigación se realizó una recolección de datos de dieciséis (16) municipios ubicados en dicho Territorio, de este total de municipios fueron seleccionados aquellos con población mayor a 15,000 habitantes. Los datos generales fueron recolectados directamente en el *sitio web* del INEP, entre 2007 y 2019. Entre los municipios encuestados, el municipio de Jequié-Ba fue seleccionado con base en tres criterios: a) tener una población mayor a 15.000 habitantes b) ser de fácil acceso c) tener escuelas en el campo. La metodología utilizada se basó en los conceptos teóricos del Método del Materialismo Histórico Dialéctico, mientras que los instrumentos para la recolección de datos fueron el análisis documental y la entrevista semiestructurada. Con el resultado de la investigación, encontramos que el cierre de las escuelas del campo en el municipio de Jequié - Ba proviene del proceso de nucleación de las escuelas bajo la justificación del gobierno municipal para contener los gastos con transporte escolar, mantenimiento escolar y contratación de docentes. Así, se expande cada vez más el cierre de las escuelas del campo por parte de los “detentadores del poder”, ratificando así los lineamientos neoliberales implementados en la educación.

Palabras clave: educación del campo; cierre de escuelas; políticas públicas.

Introdução

Este artigo traz resultados relativos ao fechamento de escolas do campo em municípios da Bahia, particularmente, do Território de Identidade do Médio Rio de Contas, cujo objetivo foi analisar as causas e as consequências desse fechamento nas escolas do campo, no marco temporal entre 2007 a 2019. Para desenvolvimento da pesquisa, foi realizado, na primeira fase, um levantamento de dados de dezesseis (16) municípios localizados no Território de Identidade do Médio Rio de Contas — Ba, desse total de municípios foram selecionados aqueles com população maior que 15.000 habitantes. Na segunda fase, foi realizada a coleta de dados, sobre o número de escolas e o quadro de matrículas campo/cidade, no *site* do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), entre 2007 a 2019 (BRASIL, 2020). Posteriormente, na terceira fase, foi selecionado um (01) município do Território de Identidade, para a pesquisa de campo.

É importante frisar que a Educação do Campo tem contribuído de forma relevante para a *práxis* emancipatória dos sujeitos, os quais, por meio de lutas e enfrentamentos, têm mediado os conflitos com o Estado, denunciado às ausências de políticas públicas, sobretudo, a superação da educação rural. Em razão dessas lutas, houve grandes avanços na legislação que

versa sobre as conquistas para educação dos povos camponeses, elas legitimam as especificidades do campo, cuja base está na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes Bases, de 1996, nas Diretrizes Operacionais para Educação Básica do Campo, nas Resoluções CNE/CEB nº 1/2002 (BRASIL, 2002), CNE/CNB nº 2/2008 (BRASIL, 2008) e no Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010 (BRASIL, 2010b), que dispõe acerca da Política Nacional de Educação do Campo e do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), dentre outras legislações que orientam e normatizam a Educação do Campo.

O projeto que está sendo defendido e idealizado para o campo, com as práticas de nucleação e substituição de escolas por transporte escolar, não coaduna com os anseios da população camponesa, uma vez que as crianças e adolescentes precisam se deslocar para estudar distante de sua residência. A Constituição Federal de 1998 preconiza, em seus artigos 203 a 205 (BRASIL, 1988), que tais direitos são essenciais e se referem às normas programáticas que impõem ao Estado o cumprimento, a ampliação, o acesso e a permanência dos estudantes nas escolas, em seu Território de Identidade, como também da assistência social por meio das políticas públicas. Sendo assim, com base nos princípios constitucionais, as escolas do campo não deveriam ser fechadas.

Em 27 de março de 2014, foi sancionada a Lei nº 12.960, segundo a qual uma escola só poderia ser fechada mediante um diagnóstico realizado com a comunidade, a fim de analisar o impacto desta ação. Contudo, no desenvolvimento desta pesquisa foi constatado que apesar da existência da referida lei, as necessidades das comunidades não são consideradas ao se fechar uma escola.

Para tal entendimento, recorreremos ao diálogo com os entrevistados sobre o fechamento de escolas do campo no município de Jequié — Ba, assim, foi demonstrado que o processo de nucleação das escolas substitui escolas multisseriadas por escolas núcleo, principalmente as que tinham número reduzido de alunos. A justificativa alegada pelo poder público é a de conter gastos com as estruturas físicas nesses espaços escolares, com a contratação de professores, coordenadores e demais profissionais de apoio. Diante da intensificação do projeto de nucleação, ocorreu uma grande redução no quadro de matrícula, na cidade de Jequié — Ba, *locus* da pesquisa. Esse fato está relacionado à disputa de alunos pelos gestores das cidades vizinhas e, também, ao êxodo rural das famílias que saem do campo em busca de emprego e renda, perante a falta de políticas públicas para o homem e a mulher do campo que vivem da agricultura familiar.

Nesse sentido, o método de abordagem adotado nessa pesquisa foi o Materialismo Histórico Dialético, tendo em vista que por meio das categorias dialéticas, universal e particular, é possível compreender melhor o mundo em suas diversas formas, como afirma Marx (1968), buscar a unidade na diversidade. Kosik (1976) aponta que para compreensão da coisa em si, além de certo esforço, é necessário fazer também um *détour* a fim de que possamos superar o mundo do pseudoconcreticidade. Outrossim, essa pesquisa reflete sobre a negação do direito aos sujeitos do campo, pois, fechar escolas, transferindo os educandos e educandas para outras localidades, para Santos (1996), pode gerar no indivíduo um sentimento de não pertencimento, conseqüentemente, sua nova comunidade pode se tornar um lugar não lugar entre os demais grupos.

Caracterização do território

A divisão espacial dos Territórios no Brasil era explicada estatisticamente pela demografia das regiões brasileiras. A partir de 2003, a política de divisão do estado passou a se dá por Territórios de Identidade. Atualmente, a Bahia está dividida em 27 Territórios de Identidade. Segundo o órgão estadual da Bahia, Secretaria de Planejamento (SEPLAN), a divisão de Identidade em territórios está relacionada a vários aspectos.

O Território é conceituado como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial (FREITAS, 2009, p. 23).

O autor define um conceito amplo e abrangente sobre território o qual busca a coesão sociocultural que envolve vários aspectos dos grupos sociais. Outrossim, revela-se como uma dimensão espacial “[...] institucionalmente criada para legitimar a construção da nova ruralidade no imaginário social a fim de serem estabelecidas as relações consensuais necessárias à eficácia operacional do planejamento e a gestão do território” (FREITAS, 2009, p. 60).

Os Territórios de Identidade da Bahia (TI) se consubstanciam enquanto unidade de planejamento para a implementação de políticas públicas pelo governo do estado, essa divisão é representada por um Conselho Colegiado, composto por membros da sociedade civil organizada. Territórios de Identidade é definido como agrupamento identitário municipal formado de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos reconhecidos pela

sua população, como espaço historicamente construído ao qual pertence, com identidade que amplia as possibilidades de coesão social e territorial (BAHIA, 2010, p. 1).

No ano de 2007, a Bahia criou o conceito de Territórios de Identidade (TI) para designar a unidade de planejamento de políticas públicas do estado, assim, na gestão do governador Jaques Wagner foi adotada a referência de TI pela consulta popular para a elaboração do Plano Plurianual Participativo (PPA) (2008-2011). Em 2010, entrou em vigor o Decreto 12.354/2010 (BRASIL, 2010a), que instituiu o Programa Territórios de Identidade e a regionalização do estado passou a ser caracterizada oficialmente por Territórios de Identidade, com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico e social dos Municípios Baianos.

Território de Identidade do Médio Rio de Contas/BA

O Território de Identidade do Médio Rio de Contas — BA, cuja superfície é bastante específica, ocupa importante área do território estadual. Parte dele está inserido na faixa do semiárido baiano, localizado na região Nordeste do Brasil, estado da Bahia. O TMRC é composto por 16 municípios, a saber: Aiquara, Apuarema, Barra do Rocha, Boa Nova, Dário Meira, Gongogi, Ibirataia, Ipiaú, Itagi, Itagibá, Itamari, Jequié, Jitaúna, Manoel Vitorino, Nova Ibiá e Ubatã,

Nesse Território, destacam-se os municípios de Jequié e Ipiaú que se caracterizam como polos comerciais e de prestação de serviços na região, com população de 358.109 habitantes (IBGE, 2020). Apresenta uma posição geopolítica estratégica, uma vez que está localizado na parte central do estado e é servido por dois importantes eixos rodoviários pavimentados: a BR-116 e a BR-330. Essas rodovias possibilitam a convergência com a BR-101 e com a estrutura portuária e aeroviária de Salvador e Ilhéus. O TMRC abrange uma área de 9.903,7 km², equivalente a 1,8% do território do estado.

As atividades relacionadas com a agricultura que mais se destacam no Território de Identidade do Médio Rio de Contas — Ba são os cultivos de café, mandioca, milho, maracujá, banana e cacau, consideradas de médio potencial poluidor, de acordo com o Decreto Estadual nº 14.032/12. O TMRC apresenta um total de 148 indústrias, a maior parte concentrada no município de Jequié — Ba, com pouco mais de 74% dos empreendimentos levantados. Aproximadamente 63% das indústrias foram classificadas como sendo de baixo potencial poluidor, concentrando-se, principalmente, nos municípios de Jequié (72) e Ipiaú (11). Os segmentos que mais se destacam em quantidade neste grupo são os setores de fabricação de alimentos e bebidas (41%) e de fabricação de produtos têxteis, artigo de vestuário e acessórios,

artigos e artefatos de couro (34%). As indústrias classificadas como médio potencial poluidor representam 24% e do total das atividades mapeadas, concentram-se, em sua maioria, nos municípios de Jequié, com (22) e Ipiaú (8). Outrossim, existe destaque para algumas empresas nestes municípios, voltadas para a construção de edifícios, instalações elétricas, incorporação de empreendimentos imobiliários, construção de rodovias e ferrovias, obras de terraplenagem e outros serviços especializados para construção. O segmento mais representativo neste grupo é o de fabricação de alimentos e bebidas, correspondendo 42% dos negócios.

As indústrias com alto potencial poluidor, por sua vez, representam 13% do total. Em Jequié — Ba, destacam-se atividades voltadas para a extração de pedra, areia, argila e geração de energia elétrica, enquanto que em Itagibá, há extração de minerais metálicos não ferrosos. Os demais segmentos, com alto potencial poluidor, são representados, sobretudo, pelo setor de fabricação de artefatos de material plástico e de minerais não-metálicos, respondendo por 58% dos projetos desse grupo. Em relação ao PIB, com valores estimados em 2018, os municípios de Jequié e Ipiaú se destacam como polos econômicos superiores aos demais municípios no setor da indústria, nessa ordem, segue o PIB da agropecuária e de serviços, conforme demonstram as informações da Tabela 1, a seguir:

Tabela 1 - PIB por setor de atividade no Território de Identidade do Médio Rio de Contas — BA (2018)

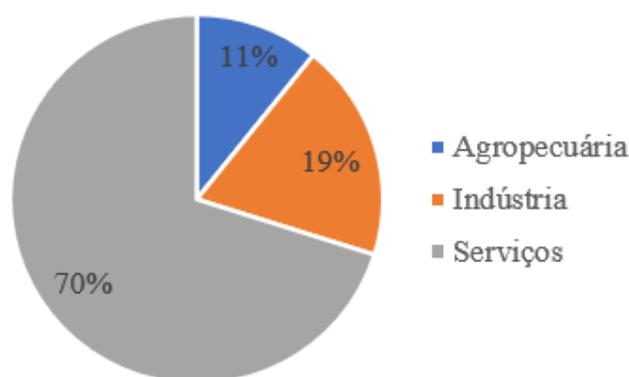
Cidade	Valores Adicionados			PIB (R\$ x1000)	PIB <i>per capita</i> (R\$)
	Agropecuária (R\$ x1000)	Indústria (R\$ x1000)	Serviços (R\$ x1000)		
Aiquara	10.161	1.771	8.292	41.111	9.180,58
Apuarema	8.427	2.656	21.257	66.826	9.079,59
Barra do Rocha	13.569	13.771	11.569	63.165	10.851,20
Boa Nova	10.399	4.531	24.889	92.736	7.159,43
Dario Meira	14.780	3.523	23.137	90.542	8.302,03
Gongogi	11.697	2.814	12.804	58.635	8.058,70
Ibirataia	23.288	12.300	59.669	167.450	10.624,97
Ipiaú	17.796	33.343	226.359	454.267	9.913,51
Itagi	13.642	4.952	30.454	100.818	8.090,05
Itagibá	29.670	6.992	37.854	136.513	9.279,05
Itamari	17.845	3.130	15.274	70.300	8.712,36
Jequié	44.912	387.305	1.308.229	2.631.036	16.887,27
Jitaúna	26.824	39.793	47.003	171.001	14.818,13
Manoel Vitorino	19.644	5.418	54.661	137.100	10.233,65
Nova Ibiá	24.887	3.085	16.691	73.191	11.037,76
Ubatã	14.784	10.638	71.718	193.055	7.204,87

Fonte: IBGE (2020).

A Tabela 1 apresenta a contribuição de cada setor econômico no PIB do Território de Identidade do Médio Rio de Contas — Ba, em 2018. O município de Jequié — Ba apresenta

maior pujança nos três setores (agropecuária, indústria e serviços), os demais municípios seguem o seu desenvolvimento conforme a sua produtividade econômica, sendo que o setor de serviços se sobrepõe de forma significativa à agropecuária e à indústria nesse território. Contudo, é necessário um empreendimento nos demais setores para que haja um equilíbrio da distribuição de renda para atender melhor, de forma digna, todos que convivem nos municípios que pertencem ao Território de Identidade do Médio Rio de Contas — Ba. O Gráfico 1, adiante, apresenta a contribuição de cada setor econômico no PIB desse território, em 2018.

Gráfico 1 - Contribuição dos grandes setores (%) no PIB do Território de Identidade do Médio Rio de Contas — Ba



Fonte: IBGE (2020).

De acordo com o Gráfico 1, o setor de serviços representa 70% do PIB do Território de Identidade do Médio Rio de Contas — Ba. Este setor é muito importante para a população, sendo que os municípios de Jequié e Ipiaú são os maiores prestadores de serviços, atendendo também às cidades vizinhas, por serem cidades-polos desse território. A indústria aparece em segundo lugar, com 19%, sendo que a cidade de Jequié e Ipiaú concentram a maior parte da indústria. A agropecuária ocupa o terceiro lugar, com apenas 11%. Diante desses dados, é necessário que haja uma distribuição de renda proporcional nesse território para que todos os municípios possam se desenvolver em todos os setores, tendo em vista que há uma discrepância em relação aos setores, o que pode refletir diretamente no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Com a classificação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 2010, grande parte dos municípios do território apresentou Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) baixo (menor que 0,600), com exceção de Jequié e Ipiaú que alcançaram IDH médio, em 2010 (0,665 e 0,670, respectivamente). Os índices de extrema pobreza (medidos pela proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 70,00) e de vulneráveis

à pobreza são elevados, chegando a 30% e 82,27%, respectivamente. Em Dário Meira, o índice é de 26,47%, em Manoel Vitorino, 85,24%. Em média, esse IDH é inferior ao índice estadual e nacional (0,693 e 0,766, respectivamente). No entanto, ao excluirmos os dois maiores municípios da região, o IDH médio apresenta uma queda expressiva, indo de 0,686 para 0,564.

Fechamento de escolas no Território de Identidade do Médio Rio de Contas/BA

Na segunda fase da pesquisa, buscou-se identificar as causas do fechamento de escolas do campo no Território de Identidade do Médio Rio de Contas — Ba, entre 2007 a 2009, no município de Jequié — Ba, *locus* da pesquisa, com objetivo de verificar se o fechamento de escolas do campo interferia na formação sociocultural e política das comunidades que residem nesse território, sobretudo, no município selecionado para a pesquisa. Por fim, buscamos identificar se houve consentimento da comunidade no processo de fechamento de escolas do campo, no município de Jequié — Ba. Os resultados da pesquisa estão apresentados por meio de tabelas e gráficos, assim como pelas entrevistas semiestruturadas realizadas com os sujeitos.

Aspectos metodológicos da pesquisa

Do ponto de vista metodológico, para compreendermos o processo de fechamento de escolas do campo no Território de Identidade do Médio Rio de Contas — Ba, buscamos como referencial o Materialismo Histórico Dialético (MHD), pois, tal teoria entende que o conhecimento real deve se pautar por uma investigação criteriosa, com aplicabilidade coesa das categorias inerentes e exigidas pelo método, no sentido de desvelar a essência da realidade, ora mostrada de forma aparente.

Inicialmente, foi realizada a pesquisa bibliográfica acerca das políticas educacionais, em especial, a Educação do Campo, com ênfase no fechamento de escolas do campo, com destaque para o município de Jequié — Ba. Posteriormente, foi realizada uma análise documental de resoluções, decretos e pareceres que tratam especificamente da Educação do Campo, no que diz respeito à garantia das políticas educacionais. A análise documental “[...] pode se constituir de uma técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja

complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 38).

Outrossim, para o aprofundamento da pesquisa, como continuidade na construção do seu conhecimento, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas. Nesse sentido, Triviños (1987, p. 145) ressalta que a entrevista semiestruturada é um dos principais meios para o pesquisador realizar a coleta de dados, visto que, ao mesmo tempo em que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação. Para a realização das entrevistas, houve a participação da Secretaria de Educação, do Membro do Conselho Municipal da Educação do município de Jequié — Ba e pais dos alunos. Conforme afirmado, os resultados da pesquisa estão representados em tabelas, gráficos e pelas entrevistas semiestruturadas realizadas com os sujeitos.

Resultados e discussão dos dados da pesquisa

A Tabela 2, a seguir, apresenta o número de escolas em funcionamento no campo/cidade no Território de Identidade do Médio Rio de Contas — Ba, com população maior que 15.000 habitantes.

Tabela 2 - Número de escolas campo/cidade no Território de Identidade do Médio Rio de Contas — Ba

		Boa Nova	Ibirataia	Ipiaú	Itagibá	Jequié	Ubatã
	Habitantes	15411	18943	44390	15193	151895	25004
2007	Escola	43	54	50	33	166	45
	Urbana	8	18	32	9	107	26
	Do campo	35	36	18	24	59	19
2008	Escola	43	53	48	32	155	48
	Urbana	9	18	31	10	96	25
	Do campo	34	35	17	22	59	23
2009	Escola	40	53	47	30	170	47
	Urbana	9	18	30	10	111	24
	Do campo	31	35	17	20	59	23
2010	Escola	38	53	45	31	168	44
	Urbana	9	18	29	10	109	24
	Do campo	29	35	16	21	59	20
2011	Escola	36	53	44	29	166	43
	Urbana	8	18	29	10	109	24
	Do campo	28	35	15	19	57	19
2012	Escola	36	52	43	30	164	40
	Urbana	8	18	30	10	109	24

FECHAMENTO DE ESCOLAS DO CAMPO NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE BAIANO DO MÉDIO RIO DE CONTAS

Sandra Mara do Carmo Silva • Arlete Ramos dos Santos

		Boa Nova	Ibirataia	Ipiaú	Itagibá	Jequié	Ubatã
	Do campo	28	34	13	20	55	16
	Escola	36	52	43	29	159	40
2013	Urbana	8	18	31	10	106	23
	Do campo	28	34	12	19	53	17
	Escola	34	46	42	29	163	37
2014	Urbana	8	18	30	10	111	23
	Do campo	26	28	12	19	52	14
	Escola	34	46	42	27	144	36
2015	Urbana	8	17	30	10	101	23
	Do campo	26	29	12	17	43	13
	Escola	34	42	41	26	149	33
2016	Urbana	8	16	30	10	105	22
	Do campo	26	26	11	16	44	11
	Escola	34	44	41	24	155	32
2017	Urbana	8	16	31	10	112	22
	Do campo	26	28	10	14	43	10
	Escola	30	44	37	24	153	29
2018	Urbana	8	16	28	10	110	19
	Do campo	22	28	9	14	43	10
	Escola	28	43	38	22	153	28
2019	Urbana	8	14	29	10	110	18
	Do campo	20	29	9	12	43	10

Fonte: elaborada pela autora com dados do INEP (2019).

Os dados da Tabela 2 revelam que o fechamento de escolas campo/cidade localizados nos municípios do Território de Identidade do Médio Rio de Contas — BA, ocorreu de forma gradual e proporcional, entre 2007 a 2019. Vê-se, ainda, que o impacto é negativo para as comunidades campestres, entretanto, se houver uma intervenção eficaz com políticas públicas, é possível reverter o quadro, com a reabertura das escolas que foram fechadas nesse território.

A Tabela 3, a seguir, apresenta o quadro de matrículas campo/cidade no Território de Identidade do Médio Rio de Contas — BA, com população maior que 15.000 habitantes.

Tabela 3 - Quadro de Matrículas campo/cidade (2007 a 2019) no Território de Identidade do Médio Rio de Contas — BA

	Boa nova	Ibirataia	Ipiaú	Itagibá	Jequié	Ubatã
Habitantes	15411	18943	44390	15193	151895	25004
2007	5380	9776	15968	5340	44998	7696
2008	5392	9354	15849	5245	46112	7656
2009	5086	8209	15291	4878	45450	7411
2010	4683	7390	14774	4450	42998	6795
2011	4588	7063	14999	4361	41441	6903
2012	4369	6267	15021	4012	40368	5878
2013	4391	6389	14023	5054	39654	5636
2014	3904	5894	12812	3967	39950	5522
2015	3710	5827	12069	4029	38826	5670

2016	3620	5923	11536	3982	39020	5210
2017	3753	5692	11217	3820	39776	5573
2018	3598	5617	10753	3659	39283	5235
2019	3407	5272	10478	3740	39160	4750

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados do INEP (2019).

A Tabela 3 mostra que houve redução no quadro de matrículas das escolas do campo/cidade no Território de Identidade do Médio Rio de Contas — Ba, nos municípios pesquisados com população maior que 15.000.000 habitantes. Contudo, verifica-se que entre 2007 a 2009, no município de Jequié — Ba, houve um pequeno crescimento de matrículas correspondendo 0,9%. Entretanto, a partir de 2010, seguiu a tendência dos demais municípios, com aumento acentuado, em relação ao número de alunos matriculados no campo/cidade.

Estudo de caso: fechamento de escolas do campo no município de Jequié/BA

No estudo de caso do município em questão, verificou-se que além de ter havido redução do número de escolas do campo em Jequié — Ba, o quantitativo de matrículas também teve uma baixa significativa, entre 2007 a 2019. Importante esclarecer que uma das variáveis a qual tem contribuído para a redução de matrículas se deve ao fato do município de Jequié — Ba fazer divisa com outros municípios baianos, como Jaguaquara, Baixão, Itagibe, Lafaiete, Manoel Vitorino, dentre outros. Por esse motivo, os alunos preferem se deslocar para cidades vizinhas que ficam mais perto de seus povoados, ou seja, há uma concorrência desses municípios pelos estudantes como se esses sujeitos de direito fossem produto de mercado, não para oferecer uma boa qualidade de ensino, mas para atender à demanda quantitativa, típica do sistema capitalista (na prática, funciona a lógica de “tragam alunos que eu loco seu carro”).

Nesse contexto de subordinação do capital, é necessária a retomada de consciência pelos indivíduos, para que a realidade objetiva, que está posta, seja superada. A esse respeito, Gramsci (1991) expõe que a consciência tem como marca o conflito de classe evidenciado pela exclusão/opressão, assim como pela ideologia, a qual distorce a realidade para que os dominados entendam como natural a opressão. Destarte, o espaço da escola em uma comunidade representa um lugar de multifunções, que transpõe a finalidade meramente educativa. Normalmente, próximo à escola está a igreja e a unidade básica de saúde, ou seja, a

escola se articula com a comunidade, nas festas, nas reuniões familiares ou na utilização do espaço para tratar de assuntos de interesse comum.

Assim, o fechamento de escolas do campo não é compreendido com um dano somente pela perspectiva educacional, mas, também, social. No caso do município de Jequié — Ba, o projeto de nucleação precisa ser reestruturado, tendo em vista que a forma como foi organizado não levou em consideração as rotas e as regiões dos educandos, dificultando o deslocamento destes.

Nesse sentido, a entrevistada acrescenta:

Não é achando que pegando um aluno multisseriado e colocar em uma regular que se vai resolver o problema. Existe níveis de aprendizado diferentes o que requer mais cuidado ao planejar. Eu trabalho com os professores a questão da importância da questão social das escolas nos distritos, quando se fecha uma escola do campo, eu digo que fecha oportunidades para aquelas pessoas, precisa levar em consideração o tempo que eles levam em transporte para as escolas que causam o cansaço físico e mental. E chegando em casas esses alunos precisam ainda ajudar os pais. No meu ponto de vista, o fechamento às vezes é provocado não pelo descuido do município, tratam o aluno como mercadoria, falta mais politização para as pessoas, é preciso politizar as pessoas. [...] (ENTREVISTA/SEC, 2021¹, informação verbal).

Verifica-se, portanto, que a proposta da nucleação em aglomerar e reunir as escolas de pequeno porte, sob o argumento de promover o acesso e a permanência dos alunos na escola e elevação da qualidade do ensino também se reproduz no município de Jequié — Ba. Segundo Silva, Morais e Bof (2006, p. 117), “[...] a nucleação vem apostando na eliminação das multisséries e isolamento pedagógico a que estão submetidas às escolas rurais de sítios e fazendas, o que impede o exercício contínuo de supervisão escolar e outras tarefas administrativas e pedagógicas”. Em consonância com os autores, esse processo se caracterizou como ação política do governo para redução da organização multisseriada e constituição das escolas em núcleos.

Diante do exposto, Nogueira (2019) enfatiza que tal situação torna-se realmente um exercício de resistência, ao almejar outra realidade social, principalmente por estarmos inseridos em um sistema que tem na desigualdade um de seus alicerces. Entretanto, a autora acredita que a escola pode configurar um espaço de emancipação, promoção do diálogo e construção da análise crítica com a realidade, portanto, é fundamental a sua manutenção e a adoção de um modelo adequado para atender a estas finalidades. Neste sentido, Freire (1979, p. 60) aponta para a importância da conscientização como um meio para que o sujeito tenha condições de apossar-se da realidade.

¹ Entrevista concedida

A conscientização produz a desmitificação. É evidente e impressionante, mas os opressores jamais poderão provocar a conscientização para a libertação: como desmitificar se eu oprimo? Ao contrário, pelo fato de que sou opressor, tenho tendência de mistificar a realidade.

Desse modo, é preciso compreender que a consciência ingênua é a análise espontânea que o homem faz do mundo, porém, é na consciência crítica que a “[...] realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica” (FREIRE, 1979, p. 15). Somente quando um sujeito atinge essa esfera crítica da consciência é que se torna capaz de desvelar e conhecer a verdade sobre os “[...] mitos que enganam e ajudam a manter a realidade da estrutura dominante” (FREIRE, 1979, p. 60). É por meio deste entendimento de escola/educação, enquanto meio de resistência e enquanto caminho para a construção da consciência crítica e emancipatória, que emergem os movimentos de luta pela garantia, não apenas de uma escola no campo, mas também do campo.

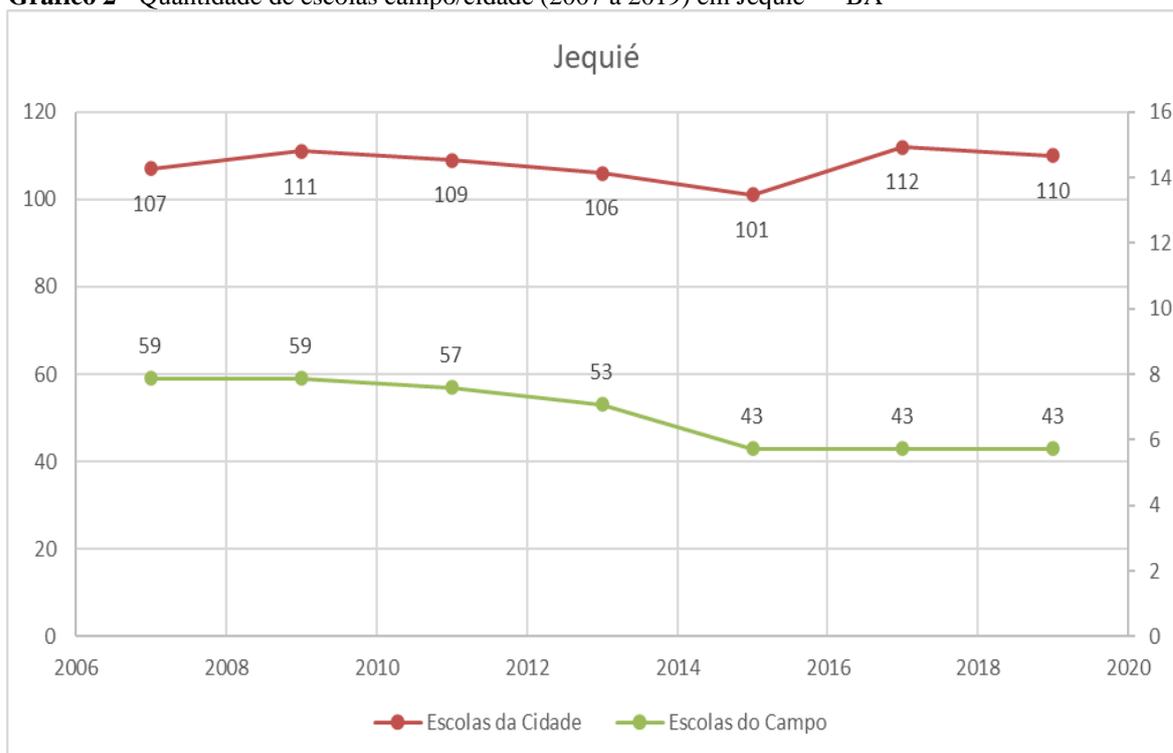
Para Moura (2018), a Educação do Campo traz princípios que levam a sociedade a pensar na dimensão formativa dos sujeitos do campo. Portanto, é necessária a construção de uma escola que visa aos processos de escolarização, baseada em uma pedagogia crítica, vinculada às finalidades ontológicas do Projeto Político Pedagógico da Educação do Campo, de modo a contribuir na luta contra hegemônica e na construção de um projeto de vida para os camponeses e para a classe trabalhadora. Assim, a Mãe de um aluno, ao ser entrevistada, expõe que:

Estou aqui desde 2014, meus filhos estudavam na Escola Daniel Andrade que ficava perto de onde eu moro, mas foi fechada, porque os professores não vinham dar aula, não tinha transporte para o deslocamento deles, os alunos vinham de muito longe, mas o professor não vinha de Jequié, quando fechou estava presente a diretora e a secretária, houve a assinatura de ata explicando o porquê do fechamento, os alunos foram transferidos para o Centro Educacional o Centro Educacional Ranulfo Caribé. Distância de onde moro é 40 minutos de pé até a escola, para mim ficou perto, para outros ficou longe, tem ladeira e no tempo de chuva fica ruim (ENTREVISTA/MÃE, 2021, informação verbal).

Dados recentes do INEP (2018) mostram que o fechamento de escolas do campo vem crescendo, o que contraria as indicações da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) (9.394/1996), das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (DOEBEC), instituídas pelas resoluções CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002, e Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008. Na LDB/1996 (BRASIL, 1996), o artigo 28, alterado pela Lei 12.960/2014, fez constar a exigência de manifestação do órgão normativo do sistema de ensino acerca do fechamento. O artigo 3º da Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008, preceitua que “[...] a Educação Infantil e os

anos iniciais do Ensino Fundamental serão sempre oferecidos nas próprias comunidades rurais, evitando-se os processos de nucleação de escolas e de deslocamento das crianças”. Entretanto, os dados da pesquisa apontam que a legislação vigente não está sendo respeitada. A entrevistada, em seu relato, afirma que presenciou o fechamento de escolas do campo ocorrido em 2014, mas, a partir de 2015, o problema foi estabilizado. Como demonstra o Gráfico 2, a seguir:

Gráfico 2 - Quantidade de escolas campo/cidade (2007 a 2019) em Jequié — BA

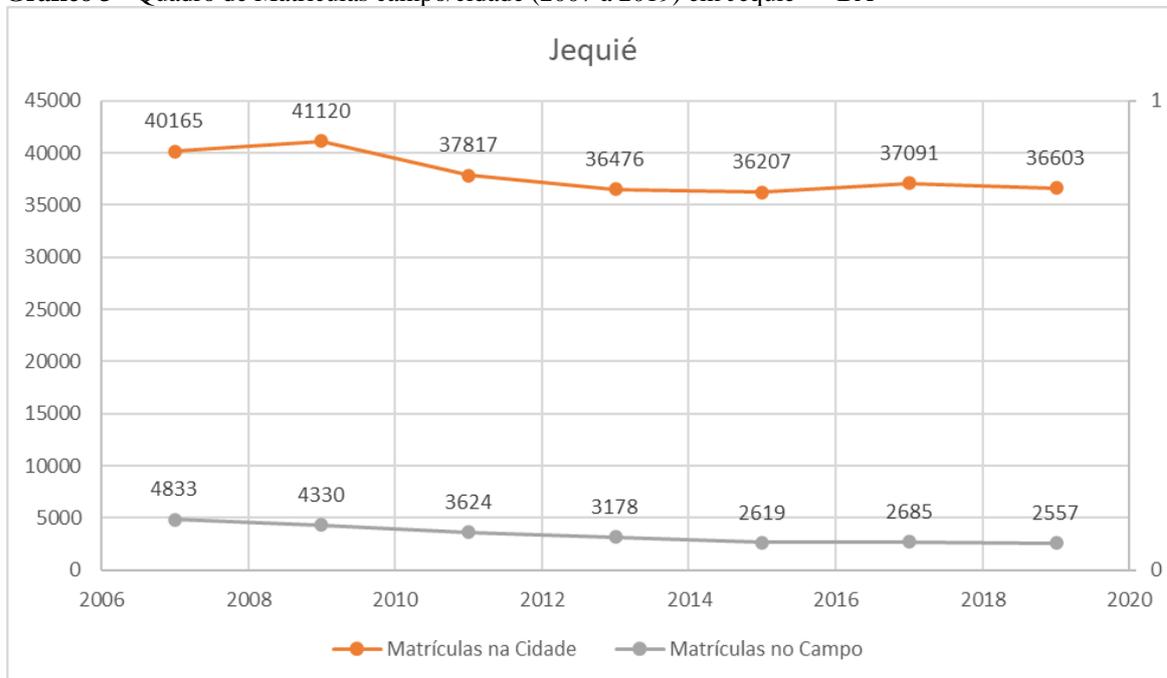


Fonte: elaborado pela autora com dados do INEP (2019).

O Gráfico 2 apresenta dados sobre a quantidade de escolas municipais na cidade de Jequié — Ba. Segundo o banco de dados virtuais do INEP, em 2007, havia em funcionamento 107 (cento e sete) escolas na cidade, sendo que, ao longo do tempo, tiveram altas e baixas até o ano de 2016. Em 2017, o quantitativo de escolas subiu para 112 (cento e doze), finalizando 2019 com 110 (cento e dez) escolas. No campo, em 2007, havia 59 (cinquenta e nove), com pequena redução até 2013. A partir de 2014, o número de escolas do campo se manteve constante até 2019, com 43 (quarenta e três) escolas do campo. Apesar do processo de nucleação, o qual tem levado ao deslocamento das crianças e adolescentes para estudar em outras regiões intracampo ou na sede, o município de Jequié, vem cumprido com a lei 12.960/2014, posto que, de acordo com as pesquisas no *site* INEP, entre 2014 a 2019, os dados se mantiveram constantes em relação ao fechamento de escolas do campo. Entretanto, quanto

ao quadro de matrículas, houve uma queda significativa entre 2007 a 2019, tanto no campo como na cidade, conforme demonstra o Gráfico 3, a seguir:

Gráfico 3 - Quadro de Matrículas campo/cidade (2007 a 2019) em Jequié — BA



Fonte: elaborada pela autora com dados do INEP (2019).

De acordo com informações do INEP (2019), entre 2007 a 2019, tanto no campo como na cidade, no município de Jequié — Ba, o quadro de matrículas teve uma queda de aproximadamente 50% de esvaziamento escolar. Em 2007, na cidade, foram registrados 40.165 alunos matriculados. A partir do ano de 2011, os números foram reduzindo, ano após ano, em 2019, finalizou com 36.606 matrículas, correspondendo a 8,9% de queda nas matrículas em todo o período. No campo, em 2007, havia 4.833 alunos matriculados, a partir de 2008 e nos anos posteriores, o quadro de matrículas foi reduzindo, finalizando, em 2019, com 2.557 alunos, correspondendo a 50% de queda nas matrículas, no intervalo de 2007 a 2019. No município de Jequié — Ba, a principal justificativa para fechar uma escola no campo tem sido a falta de alunos, devido ao êxodo rural, perdas de alunos para as cidades vizinhas, dentre outros, o que pode significar a total ausência de matrículas ou uma quantidade insuficiente para formação de turmas seriadas. No entanto, Nogueira (2019, p. 40) afirma que a falta de alunos reflete questões profundas e mais complexas:

a concentração de terras, o avanço do agronegócio, a expansão da monocultura, as dificuldades enfrentadas - em todos os níveis - pelos pequenos agricultores, a nucleação das escolas, o repasse deficitário de recursos para os municípios e as

controvérsias das políticas públicas voltadas para atender às demandas dos povos do campo, são apenas alguns dos aspectos que se pode citar na composição desta trama.

Diante desse contexto, o fechamento de escolas do campo, bem como a redução de matrículas, precisa ser evidenciado e investigado na raiz de suas causas e consequências, visto que estas ações têm ocorrido indiscriminadamente em todo Território do Médio Rio de Contas — Ba, o que provoca prejuízos não só para os povos do campo, mas, também, para as cidades. Contudo, independentemente dos alunos estarem concentrados ou não em determinadas localidades, tal situação não deve lhes conferir menos oportunidades de acesso e garantia do direito à educação, pois, conforme explicitado na LDB 9.394/1996, artigo 3º, inciso I, deve haver “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. Logo, fechar escola, em função do número reduzido de matrículas, configura desobediência à Lei.

Nesse sentido, o Conselho Municipal de Educação (CME), por meio do diálogo e da participação com as comunidades do campo expõe que:

Diante do pedido de fechamento de uma determinada escola, vai ao encontro da comunidade, estabelece um diálogo com a mesma, analisa toda a situação pontuada, tanto pela Secretaria M. de Educação quanto pela comunidade, observa os aspectos geográficos, de infraestrutura, a demanda da comunidade, entre outros e, a partir daí se posiciona contrário ao fechamento da escola. Diante disso, podemos analisar que nas situações em que o fechamento de escolas do campo está em pauta, há uma mobilização deste CME no sentido de buscar a manutenção da mesma (ENTREVISTA/CME, 2021, informação verbal).

Mesmo com todas as demandas que o campo necessita para melhorar a qualidade de ensino, o CME prima pela permanência dos estudantes na localidade em que residem. Contudo, reconhece que não são poucos os desafios para os educadores, tampouco para os estudantes que se agigantam diante das mais adversas realidades que enfrentam diariamente para terem acesso à escola. Fatores como falta de políticas públicas e fechamento de escolas do campo só reforçam a necessidade de uma política educacional muito bem pensada e articulada, no sentido de garantir a esses estudantes a educação que eles têm, tanto como direito quanto como necessidade. Santos (2017) ainda acrescenta que a superação dessa condição deve perpassar pelas reivindicações sociais, de modo que não haja submissão aos ditames governamentais neoliberais que estão presentes no nosso país, os quais organizam as escolas públicas conforme os interesses das elites, antagônicos às necessidades da classe trabalhadora.

Considerações finais

A Educação do Campo, por meio das lutas da população campesina, tem avançado em suas conquistas junto ao Estado, os quais têm obtido resultados positivos nas legislações que foram aprovadas. Contudo, as escolas localizadas no campo estão passando por um processo de fechamento, principalmente no Território de Identidade do Médio Rio de Contas — Ba, contrariado as perspectivas de luta e de conquista dos sujeitos campesinos, posto que, de acordo com as pesquisas realizadas no *site* oficial do INEP, os dados estatísticos demonstram que esse fenômeno tem crescido de forma acelerada entre 2007 a 2019. Em contrapartida, o quadro de matrícula foi bastante reduzido nesse período, principalmente na cidade de Jequié — Ba, *locus* da pesquisa.

Diante dos dados estatísticos evidenciados sobre a causa do fechamento de escolas no campo no Território de Identidade do Médio Rio de Contas — Ba, foi possível perceber que o evento envolve um conjunto de fatores, entre eles: a nucleação de escolas, a municipalização, as dificuldades encontradas pelos pequenos agricultores, bem como ausência de políticas públicas para o campo. Essas são as variáveis mais comuns e prejudiciais que têm provocado o fechamento de escolas e o esvaziamento do campo em todo Território de Identidade do Médio Rio de Contas — Ba.

Nesse sentido, a variável que mais contribuiu para o fechamento de escolas do campo, no município de Jequié — Ba, foi a nucleação, tendo em vista, que os gestores, sob o argumento de elevar a qualidade do ensino, foram eliminando as escolas multisseriadas, sem se preocupar com o bem-estar das crianças e adolescentes que teriam de se deslocar quilômetros para estudar em outras regiões, distantes de seu Território de Identidade.

Diante das múltiplas determinações encontradas no Território de Identidade do Médio Rio de Contas — Ba, cabe considerar a contribuição do método materialismo dialético para desvelar a realidade dos acontecimentos sobre o fechamento de escolas do campo, principalmente na cidade de Jequié — Ba, posto que, os povos campesinos vêm sofrendo com o fechamento das escolas, devido à falta de políticas públicas para o campo.

Diante disso, torna-se necessário criar novos paradigmas, em que os sujeitos desse município possam ter voz e reconhecimento do direito de estudar em espaços escolares, como escolha de vida, participando ativamente dos projetos desenvolvidos para o campo.

Referências

- BAHIA. Médio Sudoeste da Bahia. **Divisão Territorial da Bahia**, 2010. Disponível em: http://www.cultura.ba.gov.br/arquivos/File/01_divisao_territorial_2/08_medio_sudoeste_Bahia.pdf. Acesso em: 06 fev 2019.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 6 jun. de 2019.
- BRASIL. [Constituição (1998)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Casa Civil. Diário Oficial. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 5 jun. de 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002**. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 2002.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008**. Diretrizes complementares da Educação Básica do Campo. Brasília, DF, 2008.
- BRASIL. **Decreto nº 12.354 de 25 de agosto de 2010**. Institui o Programa Territórios de Identidade. Palácio do governo do estado da Bahia, 2010a. Disponível em: <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/1024959/decreto-12354-10>. Acesso em: 5 jun. de 2022.
- BRASIL. **Decreto 7.352 de 4 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - Pronera. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2010b.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Sinopses Estatísticas da Educação Básica**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. 2020. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>. Acesso em: 6 jun. de 2021.
- FREIRE, Paulo. **Conscientização: Teoria e Prática da Libertação - Uma Introdução ao Pensamento de Paulo Freire**. Cortez e Moraes, 1979.
- FREITAS, Hingryd Inácio de, I. de. **A questão (da reforma agrária) e a política de desenvolvimento territorial rural no Sul da Bahia**. 2009. 227f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, 2009
- GRAMSCI, Antônio. **A concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto dos Municípios**, 2020. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html>. Acesso em: 6 fev. 2019.
- KOSIK, Karen. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso. **Pesquisa em Educação: Abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- MARX, Karl. **O capital**. Crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1968.
- MOURA, Terciana Vidal. **A gestão do trabalho pedagógico dos professores do campo no contexto das políticas educacionais de regulação**. 2019. 613f. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) – Instituto de Educação, Universidade do Minho, 2018.
- NOGUEIRA, Ariane Martins. **Contradições entre o campo e a cidade no triângulo mineiro: uma reflexão sobre o fechamento das escolas no campo**. 2019. 236f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, 2019.

SANTOS, Arlete Ramos. **Aliança (neo)desenvolvimentista e decadência ideológica do campo**: movimentos sociais e reforma agrária do consenso. Curitiba: Editora CRV, 2017.
SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço**. Técnica e Tempo. Razão e emoção. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, Lourdes Helena da; MORAIS, Teresinha Cristiane de; BOF; Alvana Maria. A educação no meio rural do Brasil: revisão da literatura. *In*: BOF, Alvana Maria (org.). **A educação no Brasil rural**. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/portal/download/430>. Acesso em: 7 maio 2020.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

SOBRE AS AUTORAS

Sandra Mara do Carmo Silva. Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Professora do Centro Integrado de Educação Navarro de Brito e do Colégio Estadual Abdias Menezes. Integrante do Grupo de Estudo e Pesquisas em Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo (GPEMDEC/CNPq). Contribuição de autoria: autoria. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0808864318913094>

Arlete Ramos dos Santos. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UESB. Líder do Grupo de Estudo e Pesquisas em Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo (GPEMDEC/CNPq). Coordenadora da Rede Latino-americana de Pesquisa em Educação do Campo, Cidade e Movimentos Sociais - RedePECC-MS. Contribuição de autoria: revisão, autoria. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3007333595055044>

Como citar este artigo

SILVA, Sandra Mara do Carmo; SANTOS, Arlete Ramos dos. Fechamento de escolas do campo no Território de Identidade Baiano do Médio Rio de Contas. **Revista Educação em Páginas**, Vitória da Conquista, v. 01, e11368, 2022. DOI: <https://doi.org/10.22481/redupa.v1.11368>